PSD

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça-se
Publique-se
08/05/09
O Secretário da Mesa
Recorreia

☐ **REQUERIMENTO** **Número** **/x (.ª)**

☒ **PERGUNTA** **Número** 2273 **/x (** 4 **.ª)**

Assunto: Serviços Consulares na Holanda

Destinatário: Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República

A 11 de Outubro de 2007 apresentei um requerimento ao Governo sobre o apoio prestado pelos serviços Consulares à nossa comunidade residente na Holanda que, como é do conhecimento público, tem conhecido problemas de âmbito social de alguma gravidade.

Face à crise económica que afecta o nosso país, muitos portugueses são hoje obrigados a emigrar, fazendo-o, muitas vezes, sem o necessário acautelamento no plano legal ficando assim em situações de precariedade social em virtude das dificuldades de instalação num país diferente, com língua diferente e com hábitos também eles diferentes.

Neste sentido, lembrava eu no meu requerimento de 2007 que nossa comunidade vivia uma situação difícil que, já na altura, era do conhecimento público em virtude das notícias e reportagens da comunicação social sobre a exploração de trabalhadores portugueses, sendo sem a mínima dúvida das que mais necessitava de apoio administrativo, jurídico e social por parte das nossas autoridades.

Registava também que no seguimento de uma deslocação que tinha efectuado a Roterdão e a Haia que as únicas medidas tomadas pelo actual Governo, em termos de recursos humanos, foram o esvaziamento do ex-Consulado Geral de Portugal em Roterdão que se tinha visto privado do: Conselheiro Social; do Cônsul Geral; do Vice-cônsul; do Chanceler e do único técnico em funções no Consulado.

Constatava na altura que o Consulado Geral que prestava apoio à Comunidade Portuguesa não tinha qualquer chefia, estando reduzido a quatro funcionários administrativos do quadro externo e a um contratado a termo certo, chefiados por um diplomata que para o efeito foi destacado da Embaixada que, dessa forma e apesar ser uma Missão multilateral, ficava reduzida ao Embaixador e a uma diplomata.

Em resposta a este requerimento o Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, informou que conforme "uma Resolução do Conselho de Ministros de Março de 2007, a nossa representação consular e diplomática estaria em transformação, sendo que o Consulado passaria a

secção consular integrada na Embaixada."

Reconheceu ainda o Governo na sua resposta que "a criação de infra-estruturas para acolhimento da secção consular era um investimento necessário que, a curto prazo, traria ganhos consideráveis em termos de recursos humanos e permitiria dar uma resposta adequada aos portugueses que residem e trabalham na Holanda."

Depreende-se da resposta do Governo que este reconhece que o apoio prestado em 2007 pelos serviços consulares não respondia de forma adequada às necessidades da nossa comunidade e que a criação de uma secção consular em Haia iria trazer, em termos de recursos materiais e humanos, ganhos consideráveis.

Infelizmente para a comunidade portuguesa residente na Holanda as intenções do Governo não tiveram concretização prática e a situação só se veio a agravar.

Com efeito, apesar de ter passado um ano desde a data de arrendamento de um espaço em Haia, cuja renda mensal é bastante significativa, e decorridos dois anos da publicação da Resolução do Conselho de Ministros sobre a reestruturação consular, esses serviços continuam a funcionar no edifício do Consulado Geral em Roterdão.

Acresce, que o atraso que leva todo este processo levou à renovação quinquenal automática do arrendamento das instalações de Roterdão o que obrigará o Estado Português, para além de estar actualmente a suportar duas rendas, a indemnizar o senhorio caso denuncie o contrato antes do seu término.

Quanto aos recursos humanos que estavam já reduzidos ao mínimo viram-se ainda mais diminuídos pelo facto de no início deste ano não ter sido renovado o contrato do trabalhador com contrato a termo certo.

Assim, independentemente de várias notícias vindas a público dando conta de diversas situações de índole social envolvendo cidadãos portugueses, os serviços diplomáticos e consulares na Holanda não tiveram qualquer evolução positiva ao nível do pessoal ligado à área social e não tiveram, com a Reforma Consular, uma qualquer melhoria ao nível dos atendimentos dos nossos compatriotas residentes nesse país.

Em conclusão, o caso da Holanda é um evidente exemplo da má gestão da nossa rede consular e diplomática, sem objectivos no que se refere à nossa política externa e à protecção consular que é devida às nossas comunidades.

É pois urgente que o Governo tome a iniciativa de alterar esta situação que se pode considerar inaceitável apesar de não ser única na nossa rede consular e diplomática.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis venho requerer, uma vez mais, através de V.Exa, ao Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros que me sejam dadas as seguintes informações:

1. Como explica a situação de o Estado Português estar a pagar duas rendas decorrentes da manutenção dos dois edifícios resultando daí um evidente acréscimo de despesa para os cofres nacionais?
2. Para quando a transferência definitiva para a nova estrutura em Haia?
3. Como explica o Governo a ausência de medidas no sentido de adaptar o apoio administrativo e social às necessidades da Comunidade Portuguesa?
4. Como explica o Governo face à clara falta de pessoal no "Consulado" de Roterdão não tenha sido renovado contrato do trabalhador com contrato a termo certo?

Palácio de São Bento, 8 de Maio de 2009.

O Deputado,

Carlos Alberto Gonçalves